

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. OBJETO				
Item	Catser Catmat	Descrição	Unidade de medida	Qtd.
1	4537	Ciclo de Auditoria Externa de Recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade, com uma auditoria de transferência, uma auditoria de recertificação e duas auditorias de manutenção	Un	1

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO
<p>2.1. Serviços de Auditoria Externa do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), correspondendo a um ciclo de recertificação, conforme a Norma ISO 9001:2015, sendo a entrega realizada em etapas, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none">2.1.1. Uma auditoria externa de transferência, na modalidade virtual – primeiro ano, realizada previamente à auditoria de recertificação;2.1.2. Uma auditoria externa de recertificação, na modalidade presencial – primeiro ano;2.1.3. Duas auditorias externas de manutenção, na modalidade presencial – uma no segundo ano e uma no terceiro ano. <p>2.2. Também fica incluída a emissão de certificado (versão online ou física), tanto de transferência quanto de certificação na Norma ISO 9001:2015, contemplando o histórico de certificação da entidade.</p> <p>2.3. As referidas auditorias deverão contemplar a avaliação da conformidade do SGQ com a norma ISO 9001 vigente; verificação da aderência aos processos mapeados do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), aos procedimentos internos e aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis; e avaliação da eficácia do SGQ, com a manutenção do escopo atual.</p>

3. NATUREZA DO OBJETO
<p>3.1. Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, em conformidade com as especificações usuais de mercados, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei n.º 14.133/2021.</p>

4. JUSTIFICATIVA/FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
<p>4.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade, a conformidade e a melhoria contínua do SGQ do CRCMG, com base nos requisitos da norma ISO 9001 vigente, bem como no atendimento ao interesse público, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.</p> <p>4.2. A realização de auditorias externas independentes constitui requisito indispensável para a obtenção, manutenção e recertificação da certificação do SGQ, sendo essencial para assegurar que os processos institucionais estejam aderentes a padrões internacionais de qualidade e às boas práticas de gestão, promovendo maior eficiência, transparência e confiabilidade na prestação dos serviços públicos.</p> <p>4.3. A execução do serviço contribui diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais, especialmente no que se refere ao aprimoramento da governança, à melhoria dos processos internos e à</p>

entrega de melhores resultados à sociedade, estando, portanto, alinhada ao interesse público e aos princípios da eficiência e da economicidade.

4.4. Destaca-se que a natureza do objeto exige a atuação de organismo certificador independente, devidamente acreditado, não sendo possível sua execução por equipe interna, em razão da necessidade de isenção, imparcialidade e reconhecimento formal da certificação, o que inviabiliza a realização direta pelo CRCMG.

4.5. Como resultado pretendido, espera-se a manutenção da certificação do SGQ, a possível identificação de não conformidades e oportunidades de melhoria, bem como o fortalecimento da cultura de qualidade e melhoria contínua no âmbito institucional.

4.6. Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária, adequada e alinhada às diretrizes da Lei n.º 14.133/2021, especialmente no que tange à demonstração da necessidade da contratação, ao atendimento do interesse público e à busca por resultados que agreguem valor à Administração.

5. VINCULAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, instituído pela Resolução CFC n.º 1.543/2018, especialmente no que se refere ao objetivo estratégico de “Garantir a qualidade e a confiabilidade nos processos e nos procedimentos”.

5.2. A realização de auditorias externas independentes no SGQ constitui instrumento fundamental para assegurar que os processos institucionais do CRCMG sejam executados de forma padronizada, controlada e em conformidade com requisitos normativos e regulamentares aplicáveis. Por meio dessas auditorias, é possível verificar a aderência dos procedimentos adotados, bem como avaliar sua eficácia e consistência.

5.3. Nesse contexto, a contratação contribui diretamente para o fortalecimento dos mecanismos de controle e monitoramento dos processos internos, promovendo maior confiabilidade das informações geradas e das atividades desempenhadas pela entidade. Além disso, possibilita a identificação de não conformidades e oportunidades de melhoria, favorecendo a adoção de ações corretivas e preventivas, em consonância com as diretrizes de melhoria contínua.

5.4. Ao assegurar a manutenção e a evolução do SGQ, a auditoria externa reforça o compromisso institucional com a excelência na gestão, a transparência e a entrega de serviços de qualidade à sociedade, elementos essenciais para o cumprimento da missão institucional do CRCMG.

5.5. Dessa forma, a presente contratação demonstra clara vinculação ao Planejamento Estratégico, ao contribuir de maneira objetiva para o alcance do objetivo de garantir a qualidade e a confiabilidade dos procedimentos, fortalecendo a governança e a credibilidade institucional.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução consiste na contratação de organismo certificador independente, devidamente acreditado, para a prestação de serviços especializados de auditoria externa do SGQ, com vistas à avaliação da

conformidade, manutenção e recertificação do SGQ do CRCMG, conforme os requisitos da norma ISO 9001 vigente.

6.2. Metodologia de execução dos serviços

6.2.1. A execução dos serviços deverá observar as diretrizes estabelecidas para auditorias de sistemas de gestão, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:

6.2.1.1. Planejamento da auditoria:

- 6.2.1.1.1. Elaboração e apresentação de plano de auditoria contendo escopo, objetivos, critérios, cronograma, equipe auditora e áreas a serem auditadas;
- 6.2.1.1.2. Definição prévia dos processos e unidades organizacionais a serem avaliados, com base no escopo do SGQ do CRCMG.

6.2.2. Execução da auditoria:

- 6.2.2.1. Realização de reuniões de abertura e encerramento;
- 6.2.2.2. Condução de entrevistas com gestores e colaboradores;
- 6.2.2.3. Análise documental de políticas, procedimentos, registros, etc.;
- 6.2.2.4. Verificação *in loco* da execução dos processos;
- 6.2.2.5. Aplicação de técnicas de amostragem para avaliação da conformidade e eficácia do SGQ.

6.2.3. Conclusão e reporte:

- 6.2.3.1. Emissão de relatório técnico conclusivo.

6.3. Formas de execução

As auditorias deverão ser realizadas de forma presencial. A execução deverá observar cronograma previamente acordado entre as partes.

6.4. Entregáveis

A contratada deverá fornecer, no mínimo, os seguintes produtos:

- 6.4.1. Plano de auditoria, previamente à execução;
- 6.4.2. Relatório de auditoria contendo:
 - 6.4.2.1. descrição das atividades realizadas;
 - 6.4.2.2. achados de auditoria (não conformidades, observações e oportunidades de melhoria);
 - 6.4.2.3. evidências objetivas;
 - 6.4.2.4. conclusão quanto à conformidade e eficácia do SGQ;
 - 6.4.2.5. registro formal das não conformidades, com sua respectiva classificação;
 - 6.4.2.6. relatório de auditoria;
- 6.4.3. Parecer técnico quanto à manutenção, recertificação ou transferência da certificação;
- 6.4.4. Certificado, quando aplicável;
- 6.4.5. Apresentação dos resultados à alta gestão do CRCMG.

6.5. Prazos de entrega

O plano de auditoria deverá ser apresentado com antecedência mínima acordada entre as partes. O relatório final deverá ser entregue em prazo definido contratualmente, contado da conclusão da auditoria. Eventuais ajustes ou complementações deverão ser realizados dentro dos prazos estabelecidos.

6.6. Disposições complementares

A contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução dos serviços e prestar esclarecimentos técnicos sempre que solicitado pela contratante. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as boas práticas de auditoria e com padrões reconhecidos de qualidade. A carga horária das auditorias deverá ser definida pela Contratada, de comum acordo com a Contratante, seguindo as normas técnicas aplicáveis.

6.7. Normas e referenciais técnicos

Os serviços deverão ser executados em conformidade com:

- 6.7.1. Norma ABNT NBR ISO 9001 (versão vigente) – Sistema de Gestão da Qualidade;
- 6.7.2. Norma ABNT NBR ISO 19011 (versão vigente) – Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão;
- 6.7.3. Requisitos do organismo certificador acreditado (ex: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) / *International Accreditation Forum - IAF*);
- 6.7.4. Demais requisitos legais e regulamentares pertinentes.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Requisitos técnicos da contratada e da equipe auditora

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- 7.1.1. Organismo certificador: ser acreditado por organismo reconhecido nacional ou internacionalmente.
- 7.1.2. Equipe auditora:
 - 7.1.2.1. Possuir auditores qualificados, incluindo ao menos um Auditor Líder;
 - 7.1.2.2. Certificação como auditor líder em ISO 9001, emitida por organismo reconhecido;
 - 7.1.2.3. Experiência desejável em auditorias de SGQ em entidades públicas ou de natureza similar.

7.2. Critérios de independência e imparcialidade

A Contratada e o auditor deverão garantir total independência e imparcialidade na execução dos serviços, devendo:

- 7.2.1. Não possuir qualquer vínculo direto ou indireto que possa caracterizar conflito de interesses com o CRCMG;
- 7.2.2. Não ter prestado serviços de consultoria para implantação ou manutenção do SGQ do CRCMG nos últimos 2 (dois) anos;
- 7.2.3. Adotar práticas que garantam a objetividade, confidencialidade e integridade das informações.

7.3. Todos os custos relacionados à completa prestação dos serviços deverão estar contemplados no valor ofertado pela contratada, incluindo: logística, deslocamento, alimentação, transporte terrestre, transporte aéreo, hospedagem, extras de hotel e outros necessários.

7.4. Sustentabilidade

7.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- 7.4.2. A contratada deverá observar, no que couber, práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, incluindo:
 - 7.4.2.1. Priorizar a execução dos serviços por meios digitais, reduzindo o uso de papel;
 - 7.4.2.2. Adotar práticas de uso racional de recursos naturais;

- 7.4.2.3. Minimizar deslocamentos, priorizando a indicação de auditores locais;
- 7.4.2.4. Observar normas trabalhistas, de saúde e segurança no trabalho;
- 7.4.2.5. Adotar práticas de integridade, ética e confidencialidade na execução contratual;
- 7.4.2.6. Sempre que possível, observar práticas de diversidade e inclusão na composição da equipe de auditoria, promovendo a participação de profissionais de diferentes perfis, respeitada a qualificação técnica exigida.

7.5. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A contratada poderá contratar auditor terceirizado, para a realização da auditoria externa, desde que atenda aos requisitos técnicos exigidos pelo CRCMG e seja mantida sua total responsabilidade pela completa execução dos serviços.

7.6. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, pelas razões abaixo justificadas:

- 7.6.1. Baixo valor da contratação;
- 7.6.2. Baixo risco da contratação.

7.7. Requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

- 7.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 7.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.8. Requisito de qualificação técnico-operacional

- 7.8.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 7.8.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 7.8.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.9. Requisito de qualificação técnico-profissional

- 7.9.1. Será exigida a seguinte documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:
 - 7.9.1.1. Certificado de que a Contratada é acreditada por entidade reconhecida nacional ou internacionalmente, preferencialmente pelo Inmetro ou por organismo signatário do IAF, com escopo de acreditação para certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade – ISO 9001;

7.9.1.2. Certificado, quanto ao auditor, de Auditor Líder em ISO 9001, emitido por organismo reconhecido internacionalmente (ex: *International Register of Certificated Auditor* - Irca, Exemplar Global ou equivalente).

7.10. Requisito de qualificação econômico-financeira

Não será exigida documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Prazo de entrega do objeto ou de início da prestação dos serviços

8.1.1. Uma auditoria externa de transferência, na modalidade virtual – no primeiro ano, anterior à auditoria de recertificação. Caso o certificado atual da contratante já seja da empresa contratada, esta auditoria será dispensada, assim como não haverá desembolso por parte do CRCMG, devendo o custo ser suprimido do contrato;

8.1.2. Uma auditoria externa de recertificação, na modalidade presencial – no primeiro ano, com previsão em agosto ou setembro de 2026, com a devida antecedência do fim do prazo de vencimento do atual certificado do CRCMG, em 26/10/2026;

8.1.3. Uma auditoria externa de manutenção anual, na modalidade presencial, no segundo e terceiro anos, nos meses de setembro ou outubro.

8.2. Dias e horários de entrega/execução

Os serviços serão prestados em dias úteis, conforme [calendário de funcionamento do CRCMG](#), das 8h30min às 18h.

8.3. Local de entrega ou prestação dos serviços

Rua Cláudio Manoel, n.º 639, bairro Savassi, Belo Horizonte - MG

8.4. Prazo de garantia do bem ou serviço

Não será exigida garantia para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, caracterizado como serviço técnico especializado de baixa complexidade operacional e reduzido risco de prejuízo ao erário, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

9. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Recebimento

O serviço será recebido da seguinte forma:

9.1.1. A contratada deverá realizar auditorias externas do SGQ do CRCMG, compreendendo auditoria de recertificação, auditorias de manutenção e, se aplicável, auditoria de transferência, com entregas estruturadas nas fases de planejamento, execução e relatório, conforme detalhado a seguir:

9.1.1.1. Planejamento da Auditoria, incluindo programa e plano de auditoria com: objetivos, escopo e critérios da auditoria; identificação da norma de referência (ISO 9001 aplicável); cronograma detalhado das atividades; definição da equipe auditora; identificação das áreas, processos e unidades a serem auditadas.

9.1.1.2. Execução da Auditoria, contemplando entrevistas eventualmente necessárias, análise documental de procedimentos e registros; avaliação da implementação e eficácia dos processos, com a verificação por amostragem das evidências objetivas e apresentação dos achados de auditoria.

9.1.1.3. Relatório de Auditoria.

9.1.2. A auditoria de Recertificação (1º ano) terá como objetivo avaliar integralmente o SGQ, com vistas à renovação da certificação ISO 9001.

9.1.3. As auditorias de Manutenção (2º e 3º anos) terão como objetivo verificar a manutenção da conformidade e eficácia do SGQ ao longo do ciclo de certificação, através de auditorias parciais, com foco em processos críticos e amostragem dos demais.

9.1.4. A auditoria de Transferência (se aplicável – 1º ano) terá como objetivo avaliar a possibilidade de transferência da certificação vigente para o organismo certificador contratado.

9.2. Prazos e forma de entrega

O plano de auditoria deverá ser apresentado previamente, em prazo acordado entre as partes. Os relatórios de auditoria deverão ser entregues após a conclusão de cada auditoria, no prazo definido. Os certificados de auditoria deverão ser concedidos após a aprovação do relatório de recomendação da certificação, na primeira auditoria de recertificação e, quando aplicável, na de transferência.

9.3. Disposições complementares

A contratada deverá manter registro organizado de todas as auditorias realizadas durante a vigência contratual e deverá prestar esclarecimentos técnicos sobre os relatórios emitidos. Eventuais revisões ou complementações de relatórios deverão ser realizadas sem ônus adicional, quando decorrentes de falhas na execução do serviço.

9.4. Recebimento para fins de pagamento

9.4.1. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, após a execução/entrega de cada etapa dos serviços, pelo fiscal do contrato, para posterior conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

9.4.2. O objeto será recebido definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação ao Termo de Referência, à proposta e ao Contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

9.5. Condições de pagamento

O pagamento pelos serviços prestados será realizado por etapa concluída, vinculando-se à efetiva execução das auditorias previstas e à entrega dos respectivos produtos, devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

9.6. Forma de medição

9.6.1. A medição dos serviços será realizada com base na conclusão de cada auditoria prevista no contrato, considerando o cumprimento integral das seguintes entregas:

9.6.1.1. Plano de auditoria aprovado pela contratante;

9.6.1.2. Execução da auditoria conforme escopo definido;

9.6.1.3. Entrega do relatório de auditoria completo;

9.6.1.4. Apresentação dos resultados à contratante, quando aplicável;

9.6.1.5. Emissão de parecer conclusivo quanto à certificação (quando couber).

9.6.2. A medição somente será considerada válida após o atesto da fiscalização quanto à conformidade das entregas com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

9.7. Estrutura de pagamento por etapa

9.7.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, conforme a execução das auditorias, em conformidade com a proposta comercial apresentada, que passará a integrar o contrato.

9.7.2. O pagamento ficará condicionado à:

- 9.7.2.1. Entrega completa e adequada dos produtos previstos;
- 9.7.2.2. Aprovação dos relatórios pela fiscalização do contrato;
- 9.7.2.3. Ausência de pendências técnicas relevantes;
- 9.7.2.4. Apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada;
- 9.7.2.5. Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme legislação vigente.

9.8. Critérios de aceitação

Os serviços serão considerados aceitos quando:

- 9.8.1. Estiverem em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos;
- 9.8.2. Apresentarem clareza, consistência e fundamentação técnica adequada;
- 9.8.3. Contiverem todos os elementos exigidos (achados, evidências, conclusões);
- 9.8.4. Forem entregues dentro dos prazos estabelecidos.

9.8.5. Caso sejam identificadas inconsistências ou ausência de informações, a contratada deverá realizar os ajustes necessários sem ônus adicional.

9.9. Pagamento

9.9.1. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento definitivo de cada etapa de auditoria, subdividida em 4 (quatro) parcelas, a saber:

- 9.9.1.1. Primeira parcela: referente à auditoria externa de transferência, na modalidade virtual – primeiro ano;
- 9.9.1.2. Segunda parcela: referente à auditoria externa de recertificação, na modalidade presencial – primeiro ano;
- 9.9.1.3. Duas auditorias externas de manutenção, na modalidade presencial – uma no segundo e uma no terceiro ano.

9.9.2. O inadimplemento por parte da contratada ensejará aplicação das sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência, mediante prévia apuração por processo administrativo.

9.10. Vigência

Haverá termo de contrato?

- () Não
(X) Sim

9.10.1. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da sua assinatura.

9.11. Prorrogação

O serviço ou fornecimento possui caráter permanente?

(X) Não

() Sim

9.11. Sanções

A empresa contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

9.11.1. Advertência, por inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.11.2. Multa de:

9.11.2.1. 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total da contratação, no caso de atraso de até 30 (trinta) dias na entrega do objeto. Atraso superior a 15 (quinze) dias poderá ensejar a inexecução parcial ou total do objeto;

9.11.2.2. Compensatória, por inexecução parcial, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

9.11.2.3. Compensatória, por inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

9.11.2.4. 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto.

9.11.3. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) por até 4 (quatro) meses.

9.11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando que a estimativa de preços da contratação encontra-se dentro do limite legal do referido dispositivo.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

11.1.5. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.2. São obrigações do Contratado:

- 11.2.1. Cumprir suas obrigações relativas à execução do objeto, observando as disposições deste Termo de Referência, da Ordem de Compra/Serviço ou Contrato e da sua proposta.
- 11.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato;
- 11.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 11.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.2.5. Cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), abstendo-se de utilizar, compartilhar e reter as informações que eventualmente tiver acesso em razão da execução do objeto deste procedimento.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. A estimativa do valor da contratação consta da Coleta de Preços/Pesquisa de Preços anexa ao processo de contratação.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Centro de custo	Projeto	Conta contábil
315	5017	6.3.1.3.02.01.001

Assinado digitalmente por:
Délia Ribeiro Leite
CPF: ***.117.486-**
Certificado emitido por AC SyngularID Multipla
Data: 15/05/2026 14:50:14 -03:00



Délia Ribeiro Leite
Assessora de Governança e Qualidade



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: NFBU9-JB3QK-3UE3M-FNXXD

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Delia Ribeiro Leite (CPF ***.117.486-**) em 15/05/2026 14:50 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.crcmg.org.br/validate/NFBU9-JB3QK-3UE3M-FNXXD>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.crcmg.org.br/validate>